

O saber gramatical na década de 1970: sentido e memória

Maria Iraci Sousa Costa (UFSM)*

Resumo: Nosso objetivo neste trabalho é refletir sobre a produção dos *efeitos de memória e efeitos de sentido* que constituem o processo de introdução da designação **sintagma**, na **Moderna Gramática Brasileira** (1976), de Celso Pedro Luft. Tal gramática, publicada na segunda metade do século XX, inscreve-se em um período em que produção do saber gramatical da língua no Brasil passa a se filiar a uma perspectiva teórica que atribui foros de cientificidade aos estudos dedicados às especificidades da língua no Brasil.

Palavras-chave: sintagma; sentido; memória.

A gramatização da língua no e do Brasil na segunda metade do século XX

A gramatização da língua no Brasil, que teve início na segunda metade do século XIX, segundo Orlandi (2002), não é uma simples reprodução do saber linguístico português, mas uma produção de um saber legítimo que pertence à sociedade brasileira como um todo. Desde então, a produção independente de instrumentos linguísticos por brasileiros tem apontado para uma singularidade da língua no e do Brasil e contribuído para a legitimação da língua brasileira (ORLANDI, 2009), o que coloca em discussão a própria denominação da língua praticada no Brasil¹.

Na segunda metade do século XX, a gramatização no Brasil ganha uma nova configuração. Tendo em vista as divergências analíticas e descritivas

* Acadêmica de segundo semestre do curso de Mestrado em Letras - Estudos Linguísticos da Universidade Federal de Santa Maria, orientanda da Professora Dr. Amanda Scherer. Bolsista CAPES/REUNI. E-mail: iracisocosta@yahoo.com.br

¹ Essa é uma discussão que não é atual, mas continua na ordem do dia e não se restringe a um grupo de especialistas sobre a língua. Num âmbito político, segundo Dias (1996), nas décadas de 1930 e 1940 foi tema de debate entre parlamentares a proposta de mudança da denominação do idioma falado no Brasil, de língua portuguesa para língua brasileira. Essa temática dividiu os parlamentares, porque colocava em jogo o conceito de cidadania (Ibid.). Já num âmbito teórico, Orlandi (2009) defende que a gramatização da língua por brasileiros constitui um processo de descolonização linguística, isto é, ao assumir a autoria da produção de gramáticas, os brasileiros estariam reivindicando para si a autoridade de um saber sobre a língua praticada no Brasil. Além disso, esses estudos estariam deslocando o eixo de unidade da língua, que seria a *língua brasileira*, diversa da *língua portuguesa*.

entre os gramáticos brasileiros (ORLANDI, 2002) que marcam a primeira metade do século XX, propõe-se uma terminologia única a fim de controlar essa dispersão. A oficialização da Nomenclatura Gramatical Brasileira (NGB), em 1959, foi estabelecida com o objetivo de dar uniformidade à produção de um saber gramatical de autoria de brasileira. Para Guimarães (1996), o estabelecimento da NGB produz ainda um outro efeito de sentido, uma vez que “traz em si o movimento de afastar-se de Portugal estabelecendo, ao mesmo tempo, uma unidade linguística específica. E isto pelo estabelecimento de uma terminologia, uma metalinguagem” (1996, p. 137). Nesse sentido, a NGB estaria estabelecendo a unidade do discurso gramatical e, também, a diversidade em relação ao discurso gramatical português.

Já na década de 1970, principalmente, além de contar com uma nomenclatura própria, os estudos gramaticais passam a ser referendados por um saber científico. As gramáticas de orientação não-normativa filiaram-se a uma perspectiva ou estrutural, ou funcional ou gerativa (GUIMARÃES, 1996, 2007). Os estudos gramaticais passaram a se dedicar à análise das especificidades do português no Brasil à luz de uma filiação teórica específica, que atribuía foros de cientificidade a esse saber gramatical. Entre as condições de produção que dão um outro direcionamento ao discurso do gramático, tem-se o discurso de uma nova forma-sujeito que começava a se delinear no Brasil, na década de 1960, a partir da disciplinarização da Linguística, ou seja, o linguista, o qual passou a ser uma das autoridades nos estudos linguísticos, em função também do caráter de cientificidade impresso aos estudos da linguagem.

Além disso, a década de 1970 se destaca pela convivência de diversas teorias e métodos propostos pelas diferentes correntes linguísticas que passaram a configurar o campo científico dos estudos da linguagem; e o fazer gramatical não passa indiferente a tudo isso. Em consonância com as ideias de Guimarães, entendemos que “cabe à história não dizer o que continua, mas na contínua seqüência de fatos da vida humana compreender, ao contar, o que torna uma coisa outra” (2004, p. 13). Dessa forma, propomos uma reflexão acerca de uma gramática publicada na década de 1970, que se inscreve nesses dois momentos que redefinem a produção de gramáticas no Brasil, ou seja, a implementação da NGB (1959) e a disciplinarização da linguística (1962), a fim de investigar os *efeitos de memória* e os *efeitos de sentido* que constituem esse instrumento linguístico.

Sobre o corpus – a Moderna Gramática Brasileira

A partir da década de 1960, o saber gramatical passou a ser regido pela NGB oficializada em 1959. Desde então, a NGB passou a funcionar

como uma referência, uma base constitutiva para a consolidação de autores brasileiros de gramática. Em meio a esse contexto, foi publicada a **Gramática Resumida** (1960), de Celso Pedro Luft, para explicar a aplicação da nova nomenclatura. No entanto, à medida que a **Gramática Resumida** foi sendo reeditada, a NGB ia deixando de ser a única referência do discurso gramatical. Essa descentralização de uma terminologia única se deve às contribuições das inúmeras correntes linguísticas que constituíam o panorama dos estudos científicos da linguagem no Brasil que, na década de 1960, ainda estava em fase de formação. Quando a **Gramática Resumida** chega à terceira edição em 1976, as alterações em relação à primeira edição eram tantas que o objetivo da publicação já não era mais o mesmo e a Linguística havia deixado marcas indeléveis na gramática. Dessa forma, tal instrumento linguístico deixou de ser designado como **Gramática Resumida** e passou a ser designado como **Moderna Gramática Brasileira**, porque, segundo o autor:

É um outro livro – não mais a ‘gramática resumida’. Dei-lhe o nome de *Moderna Gramática Brasileira*, por tudo o que deve à Linguística moderna e porque na observação dos fatos idiomáticos me baseei no modelo (norma) brasileiro da língua portuguesa (cf., por exemplo, a colocação dos pronomes) (LUFT, 1976, p. XIV). [grifos do autor]

A **Moderna Gramática Brasileira** (1976), de Celso Pedro Luft, que constitui nosso objeto de análise, inscreve-se num período em que as gramáticas de orientação não normativa passam a se filiar a uma perspectiva ou estrutural, ou funcional, ou gerativa (GUIMARÃES, 1996, 2007). No entanto, ainda que essa gramática se inscreva em uma ou em outra (ou em muitas) perspectiva(s) teórica(s), as causas daquilo que determinaram a sua publicação inicial vieram a falhar, e o gramático já não se limita às designações propostas pela NGB: ele não só as questiona como introduz outras que remontam a diferentes correntes linguísticas. Se é a nomenclatura padrão que induz à publicação da **Gramática Resumida**, é na ruptura com esse paradigma que uma nova gramática aparecerá. Sendo assim, se a NGB passa a determinar o saber gramatical, a introdução de uma designação que não faz parte do rol estabelecido pela nomenclatura vigente vem perturbar essa memória e produzir sentidos outros. Dessa forma, recortamos a designação “sintagma” para análise, porque essa designação se distingue ao circular no domínio da ciência da linguagem e por não fazer parte do rol estabelecido pela NGB.

Pressupostos teóricos

Na perspectiva discursiva na qual está pautado o presente trabalho, temos como premissa que o dizer não tem origem no sujeito, uma vez que

todo dizer se sustenta sobre um já dito, isto é, a repetição é a condição do dizer (ORLANDI, 2007). Dessa forma, o sujeito não origina novos sentidos, ele ressignifica sentidos já existentes, pois “para que uma palavra faça sentido é preciso que ela já tenha sentido” (Ibid., p. 71). Considerando que todo dizer repousa sobre um já dito suscetível a constantes reformulações, entendemos por *efeito de memória* o ponto de encontro entre uma memória e uma atualidade, onde os sentidos são rememorados, atualizados, ressignificados (INDURSKY, 2003).

Afetado pelo esquecimento² e pela ilusão de autonomia sobre seu dizer, o sujeito toma saberes já existentes e os reformula em seu discurso, produzindo um efeito de evidência de origem do sentido. As palavras não têm um sentido que lhes seja próprio, vinculado a sua literalidade, por isso, na perspectiva discursiva trabalhamos com a noção de *efeito de sentido*, isto é, “relação de possibilidade de substituição entre elementos (palavras, expressões, proposições) no interior de uma formação discursiva dada” (PÊCHEUX, 2009, p. 151), definição que aponta para a possibilidade de o sentido sempre poder ser outro.

Esses já-ditos que sustentam as formulações do sujeito estão inscritos em uma rede de reformulações que constitui o *interdiscurso*, isto é, “o conjunto de já ditos e esquecidos que determinam o que dizemos, sustentando a possibilidade do dizer” (ORLANDI, 2005, p. 59). O interdiscurso é constituído por dois elementos, o pré-construído e a articulação, que juntos constituem, no discurso, os traços daquilo que determina o sujeito. Segundo Pêcheux,

[...] o ‘pré-construído’ corresponde ao ‘sempre-já-ai’ da interpelação ideológica que fornece-impõe a ‘realidade’ e seu ‘sentido’ sob a forma da universalidade (o ‘mundo das coisas’), ao passo que a articulação constitui o sujeito na sua relação com o sentido, de modo que ela representa, no interdiscurso, aquilo que determina a dominação da forma-sujeito (2009, p. 151).

Nesse sentido, as palavras não pertencem a um sujeito determinado, nomeado e identificável, pois “nesse interdiscurso, o sujeito não tem nenhum lugar que lhe seja assinalável, que ressoa no domínio de memória somente uma voz sem nome” (COURTINE, 1999, p.18-19). Da mesma forma, não se poderia ter a origem do dizer, isto é, uma data específica e um sujeito nomeado ao qual seria atribuído um determinado saber, uma vez que todo dizer se inscreve na esteira de dizeres precedentes que ecoam num constante ciclo de

² Esquecimento constitutivo do sujeito que mascara a sua determinação, produzindo um efeito de evidência (PÊCHEUX, 2009)

repetibilidade. Não há um precursor genial a quem se atribua um dizer originalmente novo. Considerar uma ruptura dessa natureza seria pressupor que o sujeito seria capaz de se lançar para fora da ideologia que o domina, acreditando no mito de que a ideologia teria um exterior (PÊCHEUX, 2009). Por isso, numa perspectiva discursiva, entendemos que há um *efeito de origem* (INDURSKY, 2003), isto é, possibilidade de identificação da instauração de uma descontinuidade que organiza uma outra rede de formulações. Essas formulações-origem, como chama Courtine,

[...] derivam assim em um trajeto na espessura estratificada dos discursos, trajeto em cujo curso elas se transformam [...]; truncam-se, escondem-se para reaparecer mais a frente, atenuam-se ou desaparecem, misturando inextricavelmente memória e esquecimento [...]. A constituição de um espaço do repetível toma a forma de uma retomada palavra por palavra, de discurso em discurso, de numerosas formulações [...] Essas retomadas apagam, com o desaparecimento das marcas sintáticas do discurso relatado [X diz que P: X diz: (citação); os vestígios de todo desnivelamento interdiscursivo (1999, p. 19).

As formulações-origem passam a constituir o interdiscurso, e, à medida que são retomadas, são dissimuladas na formulação do sujeito pela sua ilusão de autonomia sobre seu dizer. No entanto, o que mantém a estabilidade do dizer no domínio da memória não é a repetição dos itens lexicais e dos enunciados, as evidências que estão no nível do linguístico, pois “memória é muito mais que uma colagem, uma montagem, uma reciclagem, uma junção” (SCHERER; TASCETTO, 2005, p. 122). Para Pêcheux (1999), a memória não é uma esfera plena cujos limites guardam um conteúdo homogêneo acumulado, a memória é “um espaço móvel de divisões, de disjunções, de deslocamentos e de retomadas, de conflitos de regularização... um espaço de desdobramentos, réplicas, polêmicas e contra-discursos” (Ibid., p. 56). Dessa forma, entendemos que a memória não está no nível da língua, mas sim no nível do discurso, que deve ser entendido aqui como efeito de sentido entre locutores (PÊCHEUX, 2009). A memória se materializa em práticas sociais, por isso não está no plano do individual, e sim no plano do social, constituindo-se por “sentidos entrecruzados da memória mítica, da memória social inscrita em práticas, e da memória construída do historiador” (PÊCHEUX, 1999, p. 50).

Um gesto analítico

O nosso recorte, a designação “sintagma”, situa-se na primeira parte da **Moderna Gramática Brasileira**, dedicada à Sintaxe. Segundo o próprio

autor, essa parte da gramática teve uma influência muito grande das ideias chomskianas: “Por fim Chomsky – o furacão do Transformacionalismo - varreu a Sintaxe” (LUFT, 1976, p. XIII). A designação “sintagma” tem uma importância muito grande para essa parte da gramática, porque, segundo o autor, a frase e o sintagma são os objetos dos quais se ocupa a Sintaxe. Anteriormente à definição do objeto da Sintaxe, a designação “sintagma” é apresentada pela primeira vez na **Moderna Gramática Brasileira**, na página 10, como sinônimo de locução. Na sequência, essa designação volta a aparecer na página 13, no tópico “A estrutura da oração: padrões oracionais”. Nessa parte, a designação “sintagma” constitui-se na forma de definição conforme segue abaixo:

Sintagma é qualquer constituinte imediato da oração, exercendo função de sujeito, complemento, predicativo, adjunto adverbial. Tanto pode ser uma palavra só como mais de uma palavra:

o aluno – está lendo – a história – com muita atenção
ele – lê – aquilo – atentemente
SS SV SS SP/SAdv

(LUFT, 1976, p. 13)

A primeira vez que a designação “sintagma” é apresentada na gramática está associada a uma outra designação que faz parte da tradição gramatical e que pertence ao rol estabelecido pela NGB. “Sintagma” está numa relação sinonímica com “locução”, de forma que “locução” funciona como um apoio que aciona uma memória no interdiscurso gramatical, fazendo retornar uma designação antiga para que a nova signifique. Dessa forma, a designação “sintagma” não produz sentido por si mesma, não encontra eco na memória gramatical, aparece como um corpo estranho, alheio ao discurso gramatical. A introdução da designação “sintagma” soa como algo estranhamente familiar, efeito que poderia ser entendido a partir da noção de pré-construído, que, segundo Pêcheux, consiste “numa *discrepância* pela qual um elemento irrompe no enunciado como se tivesse sido pensado ‘antes, em outro lugar, independentemente’”³ (2009, p. 142).

Já num segundo momento, a designação “sintagma” se constitui sob a forma de definição, ou seja, ela já não está mais apoiada em um sinônimo, o que garantia um significado comum entre essas duas designações. Nesse caso, para que a designação “sintagma” signifique é preciso defini-la, dar sentido e também delimitá-lo. Ao introduzir a designação “sintagma” na gramática, cria-se não só um efeito de novo/de origem, mas também um efeito de

³ Grifos do autor.

transparência/de objetividade, de forma que o subjetivo toma a aparência do objetivo. A origem do dizer, bem como a sua unidade, são construções do imaginário que constituem o sujeito enquanto tal. O sujeito, quando enuncia, acredita ser a fonte do seu dizer, como se as palavras tomassem o sentido que tem a partir de si mesmo. Ao definir “sintagma”, o sujeito, na posição do gramático, procura controlar os sentidos, impor limites, acreditando na existência de um sentido literal preso às palavras.

A ideia de origem do dizer é reforçada pelo fato de a designação “sintagma” vir de um outro domínio de saber e ser introduzida no domínio gramatical a partir do sujeito gramático, figurando como algo novo. Essa designação não faz referência a uma memória anterior no domínio gramatical, por isso, a forma como a designação é introduzida é como se um novo saber irrompesse e instaurasse uma descontinuidade; de fato “o que sabemos é que as palavras são habitadas por onde elas passam pela geometria da e na língua. Para nós, todo estudo sobre a língua é ‘un discours introuvable en rapport à la/dans une langue introuvable’” (SCHERER, 2007, p. 354). Nesse sentido, a designação produz um efeito de memória que aponta para a sua circulação em diversas correntes linguísticas, de forma que a sua introdução na gramática ocupa um determinado lugar que produz um efeito de origem do dizer, colocando o sujeito gramático como responsável por aquilo que diz. A designação “sintagma” aponta para um saber que remonta à Linguística Moderna, fazendo trabalhar uma memória que se inscreve em uma extensa rede de formulações que precede a publicação da **Moderna Gramática Brasileira**. Trata-se de uma rede de formulações que tem como efeito de origem o marco inicial da Linguística Moderna com Ferdinand Saussure, tido como o fundador dessa designação, a qual, junto com a designação “paradigma”, forma uma das clássicas dicotomias saussurianas⁴. Mais especificamente, tem-se como efeito de origem o seguinte enunciado saussuriano: “Tais combinações, que se apóiam na extensão, podem ser chamadas de *sintagmas*”⁵ (SAUSSURE, 2006, p. 142).

Mesmo que não haja referência alguma a usos anteriores dessa designação, isto é, mesmo que não haja marcas linguísticas que sinalizem o pertencimento dessa designação a um outro domínio de saber, a designação produz um efeito de memória no nível do interdiscurso, na medida em que ela vem circulando dentro do domínio de saber da Linguística. Inclusive, em dicionários referentes a termos de Gramática, de Filologia e/ou de

⁴ Embora Saussure nunca tenha empregado o termo paradigma (ARRIVÉ, 2010), mas sim *relações associativas*. É um caso que se assemelha à noção de estrutura, a qual também Saussure nunca fez menção.

⁵ Grifos do autor.

Linguística⁶, de circulação nacional e também internacional, a designação “sintagma” aparece sempre remontando a Saussure, como o seu fundador, tal como nos exemplos que seguem:

Joaquim Mattoso Câmara Jr. (*Dicionário de Linguística e Gramática*, 1978, 8ª edição)

Sintagma – termo estabelecido por Saussure (1922, p. 170) para designar a combinação de formas mínimas numa unidade linguística superior (p. 223).

Jean Dubois (*Dicionário de Linguística*, 1978)

Sintagma

1. F. DE SAUSSURE denomina *sintagma* toda combinação na cadeia da fala. Esta definição foi mantida por certos linguistas (p. 557).

Fernando Lázaro Carreter (*Diccionario de términos filológicos*, 1990, 3ª edição)

Sintagma. 1. – Término acuñado por F. de Saussure [...] El término sintagma há conocido un gran éxito em la Lingüística actual. Sin embargo, la amplitud significativa que le concede Saussure há determinado que se utilice a menudo com gran vaguedad. (p. 373-374).

Essas formulações produzem um efeito de memória que faz ressoar um dizer que insiste em rememorar⁷ um lugar de origem. Aliás, Saussure é consensualmente considerado o fundador da Linguística Moderna, portanto é um sujeito a quem se projetou um efeito de origem, embora muitos autores, como Jakobson (1969), questionem sob vários aspectos a pretensão de originalidade da doutrina saussuriana. No domínio da Linguística, a designação “sintagma” teria um lugar de origem, um lugar de fundação por estar associada a um sujeito que também ocupa um lugar de origem. No entanto, nenhum dizer pode manter um efeito de novo para sempre; Saussure, ao inscrever sua formulação no interdiscurso, historiciza seu dizer e este passa a ser a referência no domínio da memória para as formulações posteriores. Nesse sentido, na gramática, a designação “sintagma”, ao ser deslocada de um domínio de saber a outro, produz um efeito de novo e atribui um lugar de origem ao sujeito gramático que a define, o qual passa a ser referido junto a essa designação. A introdução da designação procura silenciar a referência a Saussure, que mesmo

⁶ Nesses recortes, privilegiamos a referência recorrente a Saussure como o fundador dessa designação.

⁷ Rememoração deve ser entendida aqui como aquilo que instaura e sustenta “a comemoração e os discursos que a materializam” (VENTURINI, 2009, p. 78).

ausente se faz presente pelo efeito de memória que insiste em rememorar um possível lugar de origem.

Considerações finais

O que identificamos como um “novo” que esse sujeito introduz se materializa pela forma como a designação se apresenta na gramática, que é sob a forma de definição. O sujeito gramático, responsável pela introdução da “nova” designação, precisa defini-la, delimitar os sentidos. Essa designação não vem de qualquer lugar, não é escolhida aleatoriamente. Diferentemente das designações da NGB, a designação “sintagma” aponta para um saber que tem foros de cientificidade e que também traz uma concepção de língua e de linguagem diferenciadas. Mas nada disso é referido na introdução da designação. Não há referência a outros autores que a tenham usado, o que pode ser entendido que, embora a designação “sintagma” venha de outro domínio de saber, produz-se um efeito de que a definição dada a essa designação é original. Assim, ao definir “sintagma”, produz-se um efeito de evidência de que o sujeito é a origem do dizer e que, portanto, ele tem o controle sobre o sentido, acreditando que seu dizer é original. Essa designação não encontra eco no interdiscurso do domínio de saberes gramaticais, pelo contrário, ela destoa junto às demais, porque escapa ao que foi estabelecido com a NGB. A designação “sintagma” passa, então, a ter um efeito de origem na gramática, fazendo parte do discurso gramatical até chegar a um efeito de naturalização, que, como tal, soa evidente.

Referências

- ARRIVÉ, Michel. **Em busca de Ferdinand de Saussure**. São Paulo: Parábola Editorial, 2010.
- BALDINI, Lauro. A NGB e a autoria do discurso gramatical. **Revista Língua e Instrumentos Lingüísticos**. n. 1. Campinas, SP: Pontes e Projeto História das Ideias Lingüísticas no Brasil, 1998, p. 97-107.
- _____. **Nomenclatura Gramatical Brasileira** – Análise discursiva do controle da língua. Campinas: RG, 2009.
- CÂMARA JR, Joaquim Mattoso. **Dicionário de Lingüística e Gramática**: referente à língua portuguesa. Petrópolis: Vozes, 1978.
- COURTINE, Jean Jacques. O chapéu de Clementis. In: INDURSKY, Freda; LEANDRO FERREIRA, Maria Cristina. **Os múltiplos territórios da análise do discurso**. Porto Alegre, Sagra-Luzzatto, 1999.
- DUBOIS, Jean. **Dicionário de Lingüística**. São Paulo: Cultrix, 1978.

- GUIMARÃES, E. R. J. Sinopse dos estudos do português no Brasil: a gramatização brasileira. In: GUIMARÃES, Eduardo; ORLANDI, Eni (orgs.). **Língua e cidadania: o português no Brasil**. Campinas, SP: Pontes, 1996. p. 127-138.
- GUIMARÃES, E. R. J. **História da semântica: sujeito, sentido e gramática no Brasil**. Campinas, SP: Pontes, 2004.
- _____. *Sémantique et Grammaire. Une histoire des études linguistiques au Brésil*. In: GUIMARÃES, E.; ORLANDI, E. (Org.). **Un Dialogue Atlantique**. v.I. Lyon: ENS-Éditions, 2007, p. 11-35.
- INDURSKY, Freda. Lula lá: estrutura e acontecimento. **Organon**. v.17, n. 35. Porto Alegre: Instituto de Letras UFRGS, 2003, p. 101-21.
- JAKOBSON, Roman. **Linguística e comunicação**. São Paulo: Cultrix, 1969.
- LAZARO CARRETER, Fernando. **Diccionario de términos filológicos**. Madrid: Gredos, 1990.
- LUFT, Celso Pedro. **Gramática Resumida**. Rio de Janeiro: Globo, 1960.
- _____. **Moderna gramática brasileira**. Rio de Janeiro: Globo, 1976.
- ORLANDI, Eni. O Estado, a gramática, a autoria – Língua e conhecimento linguístico. **Revista Língua e Instrumentos Linguísticos**. n.3. Campinas, SP: Pontes e Projeto História das Idéias Linguísticas no Brasil, 2000, p. 19-34.
- _____. **Língua e conhecimento linguístico: para uma história das idéias no Brasil**. São Paulo: Cortez, 2002, p. 65-73.
- _____. **Interpretação; autoria, leitura e efeitos do trabalho simbólico**. 5.ed. São Paulo: Pontes, 2007, p. 63-78.
- _____. **Língua brasileira e outras histórias: discurso sobre a língua e ensino no Brasil**. Campinas: RG, 2009.
- PÊCHEUX, Michel. **Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio**. Traduzido por E. Orlandi. 4.ed. Campinas: Editora da Unicamp, 2009.
- _____. Papel da memória. In: ACHARD, P. [et.al.]. **Papel da memória**. Campinas: Pontes, 1999.
- SCHERER, Amanda Eloina; TASCETTO, Tânia Regina. O papel da memória ou a memória do papel de Pêcheux para os estudos linguístico-discursivos. **Estudos da Língua(gem)**, v. 01. Vitória da Conquista, 2005, p. 119-123.
- _____. A constituição do eu e do outro pela interpelação da língua pela língua na história do sujeito. In: INDURSKY, Freda; FERREIRA Maria Cristina Leandro (Org.). **Análise do discurso no Brasil: mapeando conceitos, confrontando limites**. São Carlos: Clara Luz, 2007, p. 347-356.
- VENTURINI, Maria Cleci. Rememoração/comemoração no discurso urbano. **Rua**, v. 15, p. 73-88, Campinas, 2009.